

A atualidade dos estudos “políticos” africanos

*Camilo Q. Leitão da Graça**

Os “estudos africanos” podem reportar aos períodos: pré-colonial, colonial e pós-colonial, por um lado e por outro, ser abordados por diferentes disciplinas das Ciências Sociais. E dentro dessas perspectivas poderia concorrer também, como pano de fundo o posicionamento ideológico (racismo, colonizador, colonizado, marxismo, capitalismo, etc.).

Os períodos pré-colonial e colonial foram essencialmente vistos pelos olhos de cronologistas, exploradores, missionários, antropólogos e administradores. A necessidade de conhecer as terras e as gentes colonizadas levou os europeus (ingleses, franceses e portugueses, principalmente) a promover estudos sistemáticos sobre línguas e culturas africanas. Mas também a natureza e a geografia. A expansão marítima, os interesses comerciais e a exploração dos recursos naturais exigiam tais conhecimentos.

Entretanto, a colonização dos povos do sul era acompanhada de uma forte componente de desumanização que com o tempo as próprias sociedades ocidentais começavam a pôr em causa (através do Iluminismo do século XVIII). A dominação tinha que ter uma razão divina, lógica e científica, se possível, daí a noção da missão evangelizadora (salvação das almas) e civilizadora, as teorias darwinianas acerca do evolucionismo, a teoria hegeliana dos povos africanos serem despidos de história e, mais tarde, as teorias de inferioridade com base em argumentos biológicos.

Durante o longo período colonial, a África subsaariana era considerada como um território que vive a sua história por procuração, de forma infantil e trágica (BAYART, 2006: 22), Os ensaios de caráter etnográficos que

* Diplomata caboverdiano.

surgiram, entretanto, influenciados pelo “estruturalismo” estavam de forma geral isentos da dimensão diacrônica das sociedades africanas. E no domínio das ciências políticas, então, o desinteresse pelo fenômeno político em África era quase total.

O universalismo europeu procurou difundir de forma essencialista a sua racionalidade para todas as latitudes. A reação a essa hegemonia surge aqui e ali, com José Martí na América latina (finais do século XIX), com Gandhi na Índia, com os historiadores árabes, com os intelectuais africanos da *Negritude* (Césaire, Senghor), enfim com uma série de narrativas periféricas evolutivas que reivindicam não só o universalismo mas também a legitimidade de serem “sujeitos da história”.

Na literatura latino-americana, por exemplo, em 1943, Felde preconizava a “integração do universal na América assim como da América no universal”.¹ A partir dos anos sessenta, escritores como Julio Cortázar, Carlos Fuentes, Pablo Neruda, Octavio Paz, Garcia Márquez ou Vargas Llosa, souberam sistematizar as “essências” identitárias da cultura latino-americana, dando-lhes uma dimensão universal. Isso que por vezes essas “essências” não têm presente todas as especificidades étnico-cultural.

No continente africano, Chinua Achebe, Ousmane Sembene, Mongo Beti, Ngugi Wa Thiogo, Wole Soyinka, entre outros, deram a sua contribuição através dos seus escritos ao conhecimento das culturas africanas e ao seu universalismo. Grande parte desses escritores mostrou de forma crítica as estruturas mentais e sociais de dominação do período colonial e ainda, sentiram a necessidade de “reinventar” a história – através da ficção – resgatando e realçando os feitos de heróis civilizadores.

Entender os estudos africanos ainda durante o período colonial e sob a perspectiva do “oprimido”, requer talvez revisitar os trabalhos de W.E.B. Du Bois, de Franz Fanon. Para Senghor, a negritude era antes uma atitude “reativa”. Posição criticada por elementos do grupo de “Casablanca” como comodista e de certa forma “cúmplice” da *Francofonia*, após as independências.

Durante os períodos de descolonização e independências, a ciência política teve um papel relevante na explicação dos fenômenos, contando com participação de políticos, teóricos e intelectuais *panafricanistas* (K. Nkrumah, A. Cabral, Sekou Touré, Samora Machel, A. Neto, entre outros). Já no período pós-colonial,

¹ Ver: *Cultures, Identité culturelle en Amérique latine*, UNESCO, 1986, p. 59.

conta-se com a forte contribuição da economia política, com seus estudos sobre o subdesenvolvimento dos neo-marxistas africanos (S. Amin, B. Fonou) e “africanistas”, sob influência da escola da dependência latino-americana. Na abordagem econômica e política, a preocupação com o desenvolvimento do continente de forma integrada e complementar tem sido uma constante, através de estudos sobre a produção agrícola e a divisão internacional de trabalho (monoculturas para exportação, desinteresse na industrialização, na transferência de tecnologia, etc.); a exploração energética; os efeitos das medidas de “ajustamento estrutural” receitadas pela dupla FMI/Banco Mundial (no espaço lusófono, ver estudos do guineense Carlos Lopes) aos países pobres do continente.

Na disciplina de História, por exemplo, a UNESCO promoveu redação de **História Geral de África**, estudo com vários tomos, coordenados por J. Ki Zerbo e na filosofia e tradição oral conhece-se a contribuição do Peul, A. Hampâté Bâ.

A partir do final da Segunda Grande Guerra, a divisão do mundo em duas ideologias em concorrência (capitalismo e socialismo), as emancipações políticas de dezenas de países asiáticos e africanos, faz crescer o interesse pelas questões africanas e tomam-se medidas - nos Estados Unidos e na Grã Bretanha (SOAS: Escola de Estudos Orientais e Africanos) - para desenvolverem-se estudos denominados de *African Studies*, a par dos *Areas Studies* que tem quiçá uma abrangência maior.

Com a derrocada do campo socialista, a interpretação do fenômeno político em África no período pós-colonial, deveu-se essencialmente à teoria “desenvolvimentista” criada no Ocidente, em resposta à linha de explicação marxista. Aquela teoria define parâmetros para o desenvolvimento econômico e político com base numa burocracia racional e de uma cultura política “moderna”. Conforme Chabal (1994: 13), enquanto que a análise marxista defendeu que as sociedades modernas devem seguir o modelo de desenvolvimento que permite a transição histórica do sistema feudal para o sistema socialista, a *teoria desenvolvimentista* postula que o desenvolvimento do chamado “Terceiro Mundo” deve seguir a linha capitalista das sociedades ocidentais e de forma evolucionista. Mesmo a esquerda no Ocidente tem dificuldade em considerar a existência de conflitos de classes em África, preferindo análises de estrutura de poder, combinando elites, etnias e outras variáveis. É certo que em muitos dos países africanos a permanência de estruturas sociais do tipo horizontal colaboram para esse tipo de abordagem.

E por outro lado, a perspectiva marxista de luta de classes e o próprio conceito de “classe” revelam-se pouco operante no continente africano, onde a indústria é incipiente e grande parte da massa trabalhadora é camponesa e funciona de forma heterogênea, isenta de uma “consciência” de classe.

Os *dependentistas* (Immanuel Wallerstein e André Gunder Frank) contrapõem na análise sistêmica da economia mundial a teoria de que apenas importa a estrutura (*structure matters*).

Analisando a reprodução da dependência dos países do chamado “Terceiro Mundo” em relação aos países capitalistas do “centro” (Europa, América do Norte e Japão), alguns intelectuais (economistas e sociólogos latino-americanos como Raúl Prebisch, Celso Furtado, F. H. Cardoso) criaram uma escola de pensamento que critica o *status quo* do sistema capitalista mundial (divisão internacional do trabalho, transferência de tecnologia, etc.) com a *teoria do subdesenvolvimento*, apontando que não obstante a riqueza agrícola e outros recursos, um século após as independências, os países do “Sul” não conseguiram realizar o “taken off” econômico. Entretanto, a recessão econômica que vem afetando os países mais pobres da zona euro, a crise nuclear no Japão com fortes incidências econômicas, coloca em perspectiva a própria sobrevivência das desigualdades e há quem já fala da ressurreição do economista Keynes.

Voltando ao continente africano, a volatilidade e as mudanças rápidas no campo político (golpes de Estado, guerras entre etnias, desordens), revelam a insuficiência da análise classista. Quanto à elite urbana, escolarizada ou não, ocupando posições de relevo na burocracia estatal, tornaram-se de fato a burguesia compradora, diferenciada da grande massa. Ou seja, a análise “clássica” de classes sociais no continente africano, tal qual interpretada no Ocidente não tem tido muito sucesso na explicação da realidade pós-colonial da política africana.

Economistas africanos e “africanistas” seguindo as pegadas daqueles latino-americanos, apontam para as causas e efeitos do “desenvolvimento desigual” (Samir Amin), para a cumplicidade entre os grandes interesses do capitalismo do centro (exploração dos recursos naturais) e os da elite compradora nacional e que, portanto, a única forma de sair do ciclo vicioso seria promover a *extraversão* dos países africanos, através de maior comércio e complementaridade entre si. A realidade, no entanto, veio demonstrar que as elites não estavam dispostas a tolerar veleidades utópicas do tipo “suicídio de classe burguesa” defendida por Cabral (nos seus escritos, pelo menos) ou na revolução encetada por Thomas Sankara, no Burkina Faso.

No entanto, a sensação é que não obstante a crise do sistema financeiro do “capitalismo do Centro”, a teoria desenvolvimentista parece ter algum ascendente na análise da economia e do campo político em África. De fato, o “arrefecimento” econômico acaba por afetar as economias mas, por outro lado, tem-se notado algum esforço no sentido de democratização – mesmo que em muitos casos sirva apenas de fachada, ou seja, realização de eleições em ambientes hostis à liberdade de expressão, de imprensa (chegando mesmo à exclusão de opositores) ou o uso de formas pouco transparentes (fraude) ou de corrupção (compra de votos, por exemplo) durante o processo eleitoral. O apego ao poder nalgumas sociedades têm demonstrado as dificuldades do processo democrático no continente africano.

Assim, diante dos impasses e dificuldades de estabilização democrática e da afirmação do Estado de Direito nos países africanos, pensamos que os “estudos africanos” deveria dedicar uma atenção especial às questões políticas e de democracia.

Tal como em outras paragens, mas especialmente em África, a economia terá que caminhar de mãos dadas com a política, não obstante as dinâmicas e circunstâncias próprias. As populações africanas devem superar a precariedade social para alcançar um patamar satisfatório de consciência política de forma a não consentir manipulações por parte dos partidos e candidatos políticos. E neste âmbito, os jovens universitários têm um papel fundamental no despertar das consciências e de mobilização para as lutas. Os acontecimentos recentes pelo mundo, encabeçados pela juventude, vem mostrar a força e a necessidade de avaliar-se permanentemente o estado da democracia que as sociedades estão a experimentar.

Praia, Cabo Verde, Junho de 2011.

BIBLIOGRAFIA

BAYART, Jean-François. *l'état en Afrique. La politique du ventre*. Paris: Fayard, 2006.

CHABAL, Patrick. *Power in Africa. An essay in political interpretation*. New York: St. Martin's Press, 1994.

CRAVINHO, João Gomes. *Visões do mundo, as relações internacionais e o mundo contemporâneo*. Lisboa: ICS, 2008.

CULTURES. *Identité culturelle en Amérique Latine*, UNESCO, 1986.